



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 049/2017/ SMAS / PMCP

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ E JEFERSON WERLEY NASCIMENTO RODRIGUES** CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no CNPJ nº 14.145791/0001-52, com endereço na Av. Marechal Deodoro da Fonseca s/n , neste ato representada pelo Prefeito Sr. **ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº **295.160.642-72** e RG nº: **1756632-SSP/PA**, residente e domiciliado a Rua Bezerra de Menezes nº 395, Bairro: Centro nesta cidade de Concórdia do Pará- Estado do Pará, denominado **CONTRATANTE: JEFERSON WERLEY NASCIMENTO RODRIGUES** , brasileiro , portadora do CPF/MF nº: **704.380.822-73** e RG nº: **7530738 PC/PA** residente e domiciliada na **Rua Bom Jardim nº 689 - Bairro: Centro**, nesta cidade de Concórdia do Pará, Estado do Pará, CEP: **68.685-000**, de agora em diante denominado **CONTRATADO**, acordam e ajustam o presente **CONTRATO** referente a **Prestação de Serviços Temporários**, de acordo com as condições estabelecidas nas **Cláusulas** abaixo, que reciprocamente se outorgam e se obrigam.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Contrato fundamenta-se nos termos da Resolução nº 9, de 15 de Abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conferida pelo art.18 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal e pelo Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010 que institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS, art. 154 da Lei Orgânica do Município de Concórdia do Pará, regulamentado pelas Leis Complementares nº 062/93, de 24 de junho de 1993 e Lei nº 156/98, de 24 de junho de 1998, observado os Princípios Constitucionais da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Moralidade, **considerando a insuficiência de pessoal para execução de serviços sociais.**

CLÁUSULA SEGUNDA – CARGO E LOTAÇÃO:

O contratado prestará os serviços de **Entrevistador**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, fazendo atender as determinações da **Contratante** e da divisão a qual está subordinado, no que concerne ao desempenho e desenvolvimento dos serviços objeto do presente Contrato, inclusive de emergências para que for requisitado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PERÍODO E PRORROGAÇÃO:

O prazo de validade deste Contrato é de 11(Onze) meses, tendo como termo inicial o dia 12 de Fevereiro de 2017 e o final o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA:

Durante o período mencionado na **Cláusula Terceira**, o **Contratado** receberá como remuneração mensal bruta a quantia de **R\$ 937,00** (Novecentos e Trinta e Sete Reais) , ficando obrigada a prestação de serviços à **Contratante**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08:00 às 14:00 horas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ
PODER EXECUTIVO

PUBLICADO EM
02/04/17
Em conformidade com a Lei Municipal
Nº 291.2009 de 08/04/2009
Responsável pela Publicação

Parágrafo Único: As despesas referentes ao pagamento deste Contrato correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

O Regime Jurídico da presente contratação é de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público. **2050** Fundo Municipal de Assistência Social - **08 122 1002 2.080** Manutenção da Secretaria Municipal de Trabalho, Promoção e Assistência Social - **3.1.90.04.00** Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME PREVIDENCIÁRIO:

O (a) **Contratado** (a) vincula-se ao Regime de Previdência Social da União, para o qual contribuirá obrigatoriamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISTRATO E RESCISÃO:

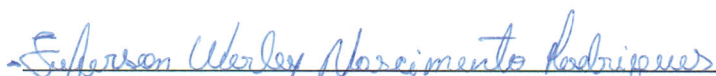
- 22) O distrato ocorrerá, a qualquer momento, por solicitação da **Contratante**, quando manifestar por escrito essa intenção, com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- 23) A rescisão, pela **Contratante**, verificar-se-á frente a ausência dos motivos que fundamentaram a contratação ou o inadimplemento de cláusula ou condição contratual;
- .) Nas situações previstas nesta cláusula não será devida nenhuma indenização ao contratado.

CLÁUSULA OITAVA – FORO:

As partes interessadas elegem o foro da Justiça Estadual da Comarca de Concórdia do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a solução das demandas legais deste instrumento.

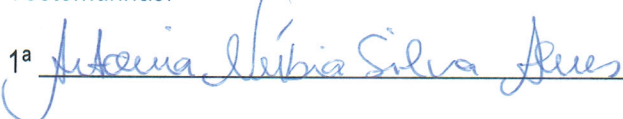
E, por assim haverem acordados, declaram as partes aceitar todos os termos e disposições estabelecidas nas **CLÁUSULAS** do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Município de Concórdia do Pará/PA, 12 de Fevereiro de 2017.


JEFERSON WERLEY NASCIMENTO RODRIGUES
CONTRATADO


ELIAS GUIMARÃES SANTIAGO
Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará
CONTRATANTE

Testemunhas:

1ª 

2ª 